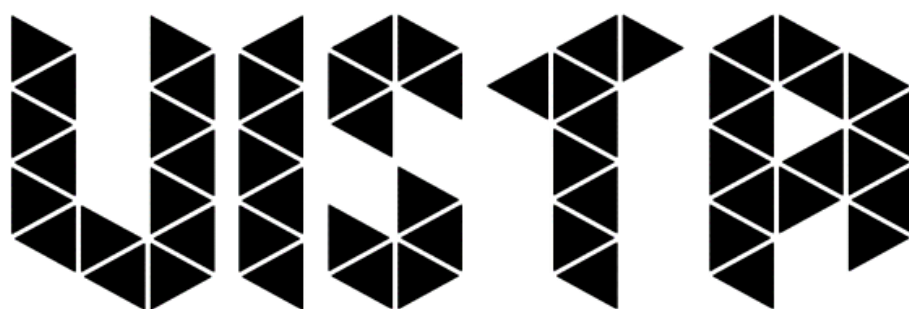




REVISTA
DE
**CULTURA
VISUAL**

e-ISSN 2184-1284

N.º 17 | 2026

Nota Introdutória: Constelações do Sensível, *Aiethesis* e Fricções Culturais

Introductory Note: Constellations of the Sensible,
Aiethesis and Cultural Frictions

<https://doi.org/10.21814/vista.7506>

e026009

Patricia Posch



Alessandra Simões Paiva



Rosa Cabecinhas



© Autores

NOTA INTRODUTÓRIA: CONSTELAÇÕES DO SENSÍVEL, *AESTHESIS* E FRICÇÕES CULTURAIS

INTRODUCTORY NOTE: CONSTELLATIONS OF THE SENSIBLE, *AESTHESIS* AND CULTURAL FRICTIONS

Patricia Posch

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal/Grupo de Pesquisa Arte, Cultura e Poder, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Alessandra Simões Paiva

Universidade Federal do Sul da Bahia, Itabuna, Brasil/Associação Brasileira de Críticos de Arte, Rio de Janeiro, Brasil

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

“Assim como o próprio viver, criar é um processo existencial” (Ostrower, 1977/2022, p. 56). É com esta frase que Fayga Ostrower, artista plástica e educadora polonesa radicada no Brasil, descreveu o processo criativo: não como um exercício separado da vida pessoal e coletiva, mas sim como dimensão fundamental da existência humana. Criar e se expressar, nesse sentido, traduz-se como o *sentir*, *perceber* e *experimentar* o mundo, dando forma a essas experiências por meio de múltiplas linguagens e materialidades.

O foco na sensibilidade como caminho para vivenciar o mundo não é recente. Na Grécia antiga, a ideia de *aisthesis* designava o processo de percepção e sensação comum a todos os organismos vivos dotados de faculdade sensoriais, dentro os quais está a espécie humana. Mais adiante, no século XVIII, o filósofo alemão Alexander Baumgarten restringiria e mudaria a amplitude do termo no sentido de criar um campo disciplinar, a *Estética*, descrita por Hegel (1834/2003) como uma ciência da cognição sensorial. Dando continuidade à esta linha teórica, Immanuel Kant (1970/2017) propôs a conjugação entre percepção sensorial e faculdades mentais altamente especializadas, como a imaginação e a cognição, dando origem à ideia de juízo de gosto, amplamente discutida em sua obra *Kritik der Urteilskraft* (Crítica da Faculdade do Juízo).

A estética se consolidava, então, como *Estética*, transmutando a ideia de *aisthesis*, conectada a um fenómeno biológico universal, por um campo disciplinar. Foi essa ideia de estética (com *E* maiúsculo) que suportou e norteou, por exemplo, toda a escrita e criação de uma história da arte voltada para os padrões estéticos europeus. Como resultado, sensibilidade deixava de ser compreendida como dimensão central da existência humana para se tornar um assunto de especialistas, de filósofos e críticos de arte, confinada a debates sobre arte e beleza. Ao mesmo tempo em que estabelecia-se um padrão estético europeu e do Norte Global como referência universal, inúmeras outras formas de experiência sensível e a sua manifestação criativa foram sendo deslegitimadas e negligenciadas da história. A pluralidade cultural e suas diferentes formas de perceber, sentir e criar visualidades

foram sendo sistematicamente desqualificadas e subalternizadas, em um movimento de constante “erosão da experiência da vida e do barulho” (Krenak, 2020, p. 55).

Mas o debate sobre imagens e visualidades não é exclusivamente epistemológico. Considerando o “esplendor das imagens” (Martins, 2011, p. 77) em um mundo cada vez mais representado e imaginado *através* das imagens que criamos e compartilhamos, este torna-se também um debate político. Se Bourdieu (1989/2001) já nos alertava para tal dimensão ao dissertar sobre as produções simbólicas como instrumentos de dominação social, Rancière (2000/2009) reforça o debate quando nos apresenta a sua teoria sobre a partilha do sensível, ou seja, os modos de percepção advindos de um sistema de evidências sensíveis que revelam, simultaneamente, a existência de um comum e as delimitações que definem hierarquias sociais. Tais hierarquias foram sendo cristalizadas ao longo da história a partir de uma premissa colonial que, como descreve Krenak (2019), se baseia na crença de uma distribuição de poder e valor assimétrica entre uma humanidade supostamente esclarecida (os “brancos europeus”) e “uma humanidade obscurecida” (p. 11). É também assim que as narrativas dominantes nas sociedades ocidentais estão configuradas, associando a capacidade de ação humana ao domínio sobre outras culturas, à expansão territorial e ao domínio da natureza (Cabecinhas, 2025), influenciados por uma lógica alegadamente progressista que carrega bandeiras como emancipação, protagonismo histórico e desenvolvimento económico em riste.

Tais esforços para manter estas outras humanidades na sombra da *História* quase fazem esquecer que, como nos recordaram Mombaça e Mattiuzzi (2023), “a força, quando ela extrapola um canal e se alastra, expande ou some” (p. 21), e que “sumir não é desaparecer em sentido necropolítico” (p. 21). É essa força que as faz existir e resistir nas brechas do visível, mantendo-se orgânicas, resilientes e potentes, capazes de fomentar importantes debates e mudanças na forma como fazemos, olhamos e falamos sobre imagens.

Ao passo em que expressões criativas visuais foram se tornando hierarquizadas, distinguindo-se o que era considerado digno de atenção e apreciação do que era negligenciado e julgado como despido de valor (Freeland, 2012), abordagens mais críticas começaram a se intensificar e abrir espaço para novas frentes de pensamento. Nas décadas de 1970 e 1980, a ascensão dos estudos culturais e dos estudos em culturas visuais, em muito influenciados pelo *pictorial turn*, ampliaram o horizonte do debate e evidenciaram que as estéticas visuais não é alheia às hierarquias sociais, mas sim um reflexo de disputas políticas e estruturas de poder social e cultural. Entre as décadas de 1990 e 2000, as reflexões e os encontros de saberes promovidos pelo coletivo Proyecto M/C, em sua maioria composto por investigadores da América do Sul, ao distinguirem o projeto colonial da sua práxis, evidenciaram como a colonialidade ainda está presente na contemporaneidade e sustenta relações assimétricas de poder em diversas dimensões da vida (Paiva, 2022).

É na ebulição dessas mudanças que Walter Mignolo (2010, 2019) irá chamar a atenção para o fato de que a colonialidade não é apenas territorial e económica, mas também estética, ao estabelecer cânones e padrões sobre formas de sentir, perceber e se relacionar com o mundo. Associado ao coletivo Proyecto M/C, Mignolo entende a estética — e aqui incluem-se as imagens e as visualidades que elas constroem e sustentam — como o *punctum crucis* para a operação da colonialidade do *sentir*, operando a desvalorização e/ou apagamento de outros mundos de sentir e dar sentido em prol do deslocamento,

exclusão e negação de outras formas de representação e experiência (Vázquez Melken, 2020). Nesse contexto, a práxis decolonial proposta pelo autor passa por uma troca de termos ao se abordar tais questões, como uma forma de “remover, reposicionar e des-universalizar conceitos-chave” (Mignolo, 2019, p. 21).

Seguindo nesta direção, o autor propõe não apenas o retorno da ideia de *aisthesis*, mas uma *aisthesis decolonial*: uma recusa da imposição da *Estética* sobre a sensibilidade e a reivindicação de espaços onde múltiplas formas de experiência sensível e epistemologias do sentir possam (co)existir (Mignolo, 2010, 2019). É o que tem acontecido, por exemplo, na história da arte, que tem sido revisitada e revisada por inúmeras autoras e autores como Danto (1994/2017), Posch (2024), Santos (2024) entre outros, que chamam a atenção para o seu aspecto político e para outros modos de produzir e perspectivar a arte negligenciados. Na base de tais reflexões está a lembrança de que a arte é, como refere Pereira (2026), um “dispositivo epistemológico e político, capaz de interrogar as heranças coloniais, desestabilizar os regimes de visibilidade dominantes e reinscrever no centro do discurso os corpos e os acontecimentos que historicamente foram empurrados para a invisibilidade” (p. 56).

A retomada da ideia de *aisthesis* com uma ótica decolonial, e centrar o debate científico nela, oferece uma base teórica fértil ao pensamento e crítica sobre o sensível e as linguagens por meio das quais a sensibilidade se expressa, com as suas reverberações no campo social. Manifestando-se em práticas concretas, transforma-se em materialidade e potência transformadora, caracterizando-se como o que Rolnik (2018) chamou de “esferas da insurreição”: micropolíticas do sensível que operam, muitas vezes, de forma silenciosa, mas profundamente eficaz na reconfiguração de ecologias perceptivas. Seja em manifestações artísticas, nas produções culturais, atividades curatoriais ou outra frente, essas práticas compartilham um compromisso com uma “ética do olhar”, uma forma de ver que reconhece sua própria responsabilidade e implicação.

É justamente nesta intersecção entre sensibilidade, existência e as dinâmicas de poder social que se encontram nas entrelinhas das manifestações criativas visuais que se situa o foco deste número temático. Partindo do conceito de *aisthesis* como fio condutor, este número reúne investigações e reflexões científicas que se propõem a ampliar o olhar e apresentar caminhos para se pensar modos de conhecer que vão além da razão abstrata e atravessam o corpo e o campo dos afetos, das subjetividades e das experiências sensíveis.

Como resultado, este número temático da 17.^a edição da *Vista – Revista de Cultura Visual* apresenta oito textos que resultam de investigações sobre culturas visuais e experiências sensíveis que desafiam cosmovisões hegemônicas, promovendo diálogos entre estética, política e prática social. Para dar conta dessa complexidade, este número organiza-se através de três grandes eixos: as imagens em movimento, as imagens fixas e os legados coloniais (incluindo-se aqui o tensionamento das narrativas e apagamentos institucionais) e as imagens fora da tela, operando como suporte de conexão e intervenção social.

No primeiro eixo, dedicado às imagens em movimento, a plasticidade e o tempo do audiovisual são mobilizados como ferramentas de contestação. No artigo “Paisagens Fabulatórias do Deslocamento: Cinema, Alteridade e Cartografia em *Chuva É Cantoria na Aldeia dos Mortos*”, Júlia Vilhena Rodrigues mobiliza o conceito de “espaço diaspórico” de Brah (2005) e a noção de “fabulação” de Deleuze (1993/1997) para demonstrar

como o cinema, por meio de um processo imersivo e colaborativo, abre a forma fílmica a alternativas epistemológicas. O foco da sua investigação é o filme *Chuva É Cantoria na Aldeia dos Mortos*, de Renée Messora e João Salaviza, produzido de forma colaborativa junto à comunidade indígena krahô, no nordeste do Brasil. Nesse contexto, o processo de produção do filme é perspectivado como uma prática de mapeamento sensível e agenciamento coletivo onde fronteiras são constantemente negociadas, transformando o deslocamento das tomadas de decisão da produção na própria condição de um olhar partilhado. Já o foco na autoria e no controle sobre a narrativa visual é o tema do artigo “As Formas de Autoinscrição nos Cinemas Africanos Contemporâneos: O Caso do Cinema em Moçambique”, de Michelle Sales, que propõe uma reflexão histórica sobre o cinema moçambicano. Em um texto livremente inspirado no ensaio “As Formas Africanas de Auto-Inscrição”, de Achille Mbembe (2001), Sales busca evidenciar como realizadores contemporâneos redefinem suas identidades e disputam a construção de novas visualidades a partir de suas próprias memórias e noções de “nação”, livres das amarras e do enquadramento do olhar colonial. Transferindo o foco do cinema para os pequenos formatos, em “‘Vida Loka Parte II’ dos Racionais MC’s: O Videoclipe Como Narrativa Audiovisual de Resistência ao Racismo”, Alessandra Nardini e Davide Gravato exploram o videoclipe musical como dispositivo de enfrentamento político e afirmação de identidade. Dialogando com a teoria da semiótica social e o método da netnografia, o seu trabalho revela como o videoclipe musical funciona como uma contra-estética visual e um monumento de resistência cultural que, ao hibridizar linguagens, reativa experiências sensoriais de pertencimento e desafia o racismo estrutural no Brasil.

O segundo eixo desta edição temática é dedicado às imagens fixas e à reelaboração dos arquivos, focando na urgência de revisar o que foi registrado pelas lentes hegemônicas. É aqui que se posiciona a entrevista conduzida por Lise Zurné, Charlotte Bruns e Sandra Khor Manickam com as artistas Dzifa Peters e Nurul Huda Rashid, publicada sob o título “Reelaborar os Legados Visuais dos Arquivos Fotográficos Coloniais com e Através do Eu: Uma Conversa com Dzifa Peters e Nurul Huda Rashid”. Ao referirem a necessidade de confrontar, recontextualizar e fissurar as imagens herdadas do passado colonial, Peters e Rashid demonstram como o uso da subjetividade (o “eu”) atua como um dispositivo crítico capaz de implodir a pretensa neutralidade dos arquivos oficiais. A entrevista funciona, assim, como uma espécie de manifesto que sintetiza o espírito desta edição temática: a premissa de que reelaborar os legados visuais não é apenas um exercício histórico, mas uma urgência política indispensável para a práxis decolonial do olhar no presente. O debate sobre como as imagens operam não apenas pelo que mostram, mas pelo que silenciam e apagam, ganha contornos históricos e materiais no trabalho de Maria Gil de Pádua, Carolina Maria Soares Lima e Ísis Detomi, intitulado “Corpos Ausentes, Memórias Suspensas”. Ao debruçarem-se sobre fotografias (e o contexto de exibição) de um antigo vestiário na mina do Morro Velho, em Nova Lima, no Brasil, as autoras demonstram como enquadramentos visuais, legendas e escolhas curatoriais institucionais atuam na administração do sensível, naturalizando o apagamento dos corpos e das vidas que sustentaram o extrativismo aurífero naquela região. O que as autoras nos trazem são, na verdade, vestígios materiais de espaços liminares que funcionam como fantasmagorias e que desobedecem ao enquadramento narrativo museal, reabrindo a história da mineração no estado de Minas Gerais pela via crítica

com o suporte à imagem fotográfica — um gesto político de reinscrição histórica, capaz de desafiar a neutralidade documental e reativar as tensões e as vidas invisibilizadas pela memória institucional. Tanto a agência da autorrepresentação fotográfica quanto a denúncia das políticas de apagamento curatorial convergem no foco temático do artigo “Poéticas e Políticas da Autorrepresentação na Fotografia Africana e Afrodescendente em Portugal”, de Fernando Gonçalves. A partir das exposições *Africa: See You, See Me!* e *Álbuns de Família*, bem como o trabalho artístico de José Sérgio e Marta Pinto Machado, o autor demonstra como as estratégias de “autorrepresentação” e “autorreparação” na fotografia contemporânea são capazes de moldar novas percepções coletivas e reivindicar o espaço da população negra na cultura visual portuguesa, transformando o ato fotográfico em um manifesto de inscrição identitária.

Avançando para as imagens fora da tela, o terceiro eixo desta edição temática dedica-se ao potencial da imagem enquanto suporte de conexão, afeto e ativismo comunitário no espaço público. Em “Caminhar em Conjunto: Fotocaminhadas Sensoriais/Reflexivas com Migrantes Latino-Americanos no Japão”, Marita Ibañez Sandoval propõe uma metodologia ativa e corporificada, as fotocaminhadas, como um exercício que permite às comunidades de migrantes latino-americanos em Jōsō, no Japão, reelaborarem suas vivências de pertencimento e alteridade em solo japonês. A imagem aqui passa a ser não o ponto final, mas o ponto de partida e pretexto para o encontro, em um exercício sensorial onde a comunidade é inserida no centro da própria reflexão teórica e visual. Essa mesma urgência em diluir as fronteiras entre a produção do conhecimento acadêmico e a ação social orienta o artigo “Repensar a Produção de Conhecimento Sobre as Migrações Portuguesas Através da Articulação Entre Artes e Academia: O Festival ‘A Arte de Ser Migrante’”, com autoria de Liliana Azevedo, Amandine Desille e Estelle Valente. Nele, as autoras investigam como uma intervenção artística e colaborativa em espaço público é capaz de reposicionar o debate sobre as migrações em Portugal, sobretudo ao transformar a própria comunidade no sujeito ativo da manifestação estética através do formato festival. O que o artigo evidencia é que a arte e as culturas visuais, quando integradas ao fazer social, tornam-se ferramentas pedagógicas e políticas cruciais para alçar visibilidade a trajetórias de vida que as estatísticas costumam apagar, demonstrando o quanto o fazer artístico pode ser uma forma efetiva de intervenção cidadã.

Diante da riqueza dessas contribuições que aqui apresentamos, convidamos as pessoas leitoras da *Vista* à leitura atenta e ao olhar demorado desta edição temática. Estamos certas de que este número irá inspirar a reflexão e pensamento crítico sobre como temos sentido o mundo, quais sensibilidades têm sido legitimadas, cultivadas e preservadas (e quais foram/têm sido silenciadas, desqualificadas ou apagadas), como estas sensibilidades e formas de sentir têm sido expressas em imagens, práticas visuais e modos de ver, e como cada uma ilumina, à sua maneira, aspectos diferentes da complexa constelação que são as culturas visuais. Mais do que isso, esperamos que seja não apenas como um repositório de conhecimentos, mas um espaço de encontro e transformação onde diferentes experiências e sensibilidades reverberam, criam fricções produtivas, difundem e/ou inauguram novas possibilidades de constelar o sensível comprometidas com a justiça estética, a reparação histórica e a imaginação de futuros alternativos.

AGRADECIMENTOS

A ciência, raramente, se faz no singular. Mais frequentemente do que se pode imaginar, ela é o resultado da dedicação e resiliência de investigadoras e investigadores que, mesmo em condições adversas ou em tempos que outros compromissos exigem grande parte da sua atenção, confiam na importância do conhecimento científico e dedicam uma parcela do seu tempo, de forma *pro bono*, para levar as nossas mentes um pouco mais além do horizonte.

Deixamos aqui o nosso agradecimento a todas as revisoras e revisores convidados por nós para dar o seu parecer sobre o avultado número de manuscritos que recebemos, bem como a todas e todos que, mesmo impossibilitados de assumir esta frente, gentilmente nos deram conhecimento da sua indisponibilidade. Agradecemos também a todas as autoras e autores que escolheram a *Vista* e enviaram os seus manuscritos para esta edição temática, mas que não tiveram os seus trabalhos publicados. Não poderíamos deixar de agradecer ainda ao Sérgio Adriano H., artista visual, *performer* e pesquisador brasileiro, pela cedência dos direitos de reprodução de imagem da sua obra, “O Presidente da República Zumbi dos Palmares”, para ilustrar a capa desta edição temática. O seu trabalho materializa muitas das reflexões aqui propostas e tem contribuído para materializá-las também no campo das artes no Brasil, inspirando movimentos similares ao redor do mundo.

Este trabalho é financiado no âmbito do financiamento plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (2001). *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trad.). Difel. (Trabalho original publicado em 1989)
- Brah, A. (2005). *Cartographies of diaspora: Contesting identities*. Routledge.
- Cabecinhas, R. (2025). Fronteiras, memória e (in)atenção na era da plataformação. In A. Esteves, B. Madeira, F. M. Ferreira, F. Bessa Ribeiro & J. Alves (Eds.), *Guerras e paz. Riscos, dinâmicas e horizontes de futuro* (pp. 77–87). Universidade do Minho.
- Danto, A. C. (2014). *After the end of art: Contemporary art and the pale of history*. Princeton University Press. (Trabalho original publicado em 1997)
- Deleuze, G. (1997). *Crítica e clínica* (P. P. Pelbart, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1993)
- Freeland, C. (2012). Aesthetics and the senses: Introduction. *Essays in Philosophy*, 13(2), 399–403. <https://doi.org/10.7710/1526-0569.1427>
- Hegel, G. W. F. (2003). *Lecciones sobre la estética* (H. G. de los Ríos, Trad.). Mestas Ediciones. (Trabalho original publicado em 1834)
- Kant, I. (2017). *Crítica da faculdade do juízo* (A. Marques & V. Rohden, Trans.). Imprensa Nacional Casa da Moeda. (Trabalho original publicado em 1970)
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Schwarcz.
- Krenak, A. (2020). *Radicalmente vivos*. O Lugar.

- Martins, M. de L. (2011). *Crise no castelo da cultura: Das estrelas para os ecrãs*. Edições Húmus.
- Mbembe, A. (2001). As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, 23(1), 171–209. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007>
- Mignolo, W. (2010). Aisthesis decolonial. *Calle 14: Revista de Investigación en el Campo del Arte*, 4(4), 10–25. <https://doi.org/10.14483/21450706.1224>
- Mignolo, W. (2019). Reconstitución epistémica/estética: La aesthesis decolonial una década después. *Calle 14: Revista de Investigación en el Campo del Arte*, 14(25), 14–33. <https://doi.org/10.14483/21450706.14132>
- Mombaça, J., & Mattiuzzi, M. M. (2023). Carta à leitora preta do fim dos tempos. In D. F. da Silva (Ed.), *A dívida impagável* (pp. 15–27). Zahar.
- Ostrower, F. (2022). *Criatividade e processos de criação*. Vozes. (Trabalho original publicado em 1977)
- Paiva, A. S. (2022). *A virada decolonial na arte brasileira*. Mireveja.
- Pereira, A. C. (2026). O movimento negro em Portugal e a Greenhouse: Pavilhão de Portugal na Bienal de Veneza 2024. In R. Cabecinhas, I. Macedo, & L. Lins (Eds.), *Living memories & media/Memória viva & media* (pp. 55–73). Edições Húmus.
- Posch, P. (2024). Migration and contemporary visual art: Exploring intersections and possibilities. In I. Sirkeci (Ed.), *The migration conference 2024 selected papers* (pp. 181–185). Transnational Press London.
- Rancière, J. (2009). *A partilha do sensível* (M. C. Netto, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 2000)
- Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: Notas para um vida não cafetinada*. N1 Edições.
- Santos, M. P. dos. (2024). Desaprender o que é a história da arte. In M. P. dos Santos & M. Mestre (Eds.), *Problemas do primitivismo – A partir de Portugal* (pp. 17–21). Oficina CIPRL/CIAJG.
- Vázquez Melken, R. (2020). *Vistas of modernity: Decolonial aesthetics and the end of the contemporary*. Mondriaan Fund.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Patricia Posch é doutora em Estudos Culturais. É investigadora colaboradora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, e membro do Grupo de Investigação Arte, Cultura e Poder (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil). Tem desenvolvido investigação interdisciplinar nas áreas dos estudos culturais e da comunicação, articulando temas como identidades, memória social, média, migrações, representações culturais e imaginários sociais. Participa em projetos de investigação nacionais e internacionais dedicados ao estudo das dinâmicas culturais contemporâneas, dos ativismos mediáticos e das transformações sociais. Paralelamente à atividade académica, possui experiência profissional nas áreas do marketing, da comunicação estratégica e da inovação. Dedicar-se a projetos que incluem a análise de tendências e a reflexão sobre futuros possíveis, explorando o papel da cultura, da comunicação e das narrativas na compreensão e construção da mudança social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1839-3511>

Email: patriciaposch@gmail.com

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Alessandra Simões Paiva é professora, crítica de arte e pesquisadora com destacada atuação nos campos da cultura, arte e educação, reconhecida nacional e internacionalmente por suas contribuições ao estudo das relações entre decolonialidade e artes. É professora adjunta na Universidade Federal do Sul da Bahia, foi eleita presidenta da Associação Brasileira de Críticos de Arte para o triênio 2025–2027, um marco que reflete seu compromisso com a promoção da inclusão e da pluralidade no campo das artes visuais no Brasil. Nos últimos anos, tem direcionado suas pesquisas ao fenômeno que denominou como a “virada decolonial” nas artes brasileiras, movimento que tem dado visibilidade e protagonismo a pessoas negras, indígenas e dissidentes de gênero, que reivindicam seu lugar de representatividade no circuito artístico em oposição ao apagamento histórico que lhes foi imposto.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7169-2804>

Email: alessandra.mello@ufsb.edu.br

Morada: Campus Jorge Amado – Itabuna Rua Itabuna, s/n, Rod. Ilhéus – Vitória da Conquista, km 39, BR 415, Ferradas, Itabuna-BA, CEP 45613-204

Rosa Cabecinhas é licenciada em Psicologia, mestre em Psicologia Social, doutorada e agregada em Ciências da Comunicação. É docente do Departamento de Ciências da Comunicação e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade no Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, onde dirigiu o doutoramento em Estudos Culturais e o mestrado em Ciências da Comunicação. Foi professora visitante em várias universidades na Europa, África, Américas, Ásia e Oceânia. Tem desenvolvido investigação de natureza interdisciplinar, articulando as áreas da comunicação intercultural, média, memória social, migrações e diversidade. Tem coordenado diversos projetos de investigação, com equipas interdisciplinares. Atualmente coordena o grupo de Comunicação no consórcio de investigação europeu *CONCILIARE - Confidently Changing Colonial Heritage* (Horizonte Europa). Entre as suas obras destaca-se *Preto e Branco: A Naturalização da Discriminação Racial* (2017, 2.ª edição), *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios* (com Luís Cunha, 2017, 2.ª edição) e *Living Memories & Media* (Memória Viva & Media; com Isabel Macedo e Luiza Lins, 2026, 1.ª edição).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>

Email: cabecinhas@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.